



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA de São Carlos
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Digital nº: **0001714-53.2017.8.26.0566**
Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Cancelamento de voo**
Requerente: **JOSÉ LUCIANO SANTOS DA SILVA**
Requerido: **VRG LINHAS AÉREAS S/A - GOL LINHA AÉREAS**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Silvio Moura Sales

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O.

Trata-se de ação em que o autor alegou ter adquirido da ré passagem aérea para viagem de Campinas para Maceio que seria realizada em 24/01/2017, pagando por elas R\$ 277,57.

Alegou ainda que no dia 23/01/2017 cancelou a passagem, mas recebeu de volta somente R\$ 40,00.

Almeja à restituição do valor integral que despendeu.


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

As preliminares arguidas em contestação não merecem acolhimento. Com efeito tanto os documento pessoais como a comprovação do endereço da parte autora é realizada por esse juízo quando da elaboração do termos inicial (fl.01) onde lá são anotados todos os dados qualificativos, dispensado a juntada de cópia aos autos.

No mérito, é incontroversa a aquisição da passagem por parte do autora em 31/12/2016 mediante pagamento de R\$ 277,57.

É igualmente incontroverso que a ré devolveu ao autor R\$40,00 (fl.12).

Assentadas essas premissas, reputo que assiste razão em parte à autora.

Isso porque não extraio dos autos dado concreto que justificasse a restituição feita pela ré no patamar em que teve vez.

Outrossim, tal devolução patenteou o flagrante desequilíbrio entre as partes porque não se concebe que ela correspondesse a somente 15% do que a autora despendeu, permanecendo a ré com os 85% restantes mesmo sem ter prestado a ela serviço algum.

A possível prefixação de perdas e danos cristalizada em cláusula penal que amparasse a ré se revestiria de clara abusividade, importando sem fundamento objetivo a perda de quase todo o pagamento em detrimento da autora.

É por isso que o Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo já se manifestou pela inviabilidade de tal procedimento:

“CONTRATO - Prestação de serviços – Empresa operadora de turismo - Cláusula penal – Estipulação de perda em até 100% (cem por cento) do valor da passagem em caso de desistência do consumidor - Abusividade caracterizada - Afronta ao artigo 51, § 1o, incisos I e III, do CDC - Fixação no percentual de 10% a 20%, dependendo da época em que for solicitado o cancelamento - Medida que se mostra adequada para o equilíbrio contratual - Recurso da autora parcialmente provido” (TJ-SP, Apelação Cível nº 7 179 757-0 - São Paulo - 17ª Câm. de Direito Privado – Rel. Des. WELLINGTON MAIA DA ROCHA – j. 28 05 08).

Esse entendimento incide mutatis mutandis à espécie vertente, tendo-se por adequada a retenção por parte da ré no importe de vinte por cento do valor da passagem tendo em vistas que o cancelamento se deu um dia antes do embarque.

Bem por isso, havendo o desembolso de R\$ 277,57, o autor deveria receber R\$ 222,06, mas como já sucedeu a devolução de R\$ 40,00 ele ainda fará jus à percepção de R\$ 182,06.

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE EM PARTE** a ação para condenar a ré a pagar à autora a quantia de R\$ 182,06, acrescida de correção monetária, a partir do ajuizamento da ação, e juros de mora, contados da citação.

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

Publique-se e intuem-se.

São Carlos, 18 de maio de 2017.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME
IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**